

## **ATA DA CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE MURIAÉ.**

1 No dia vinte e seis do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, às oito horas e trinta e seis minutos,  
2 foi realizada uma reunião ordinária presencial na sede da Secretaria do Meio Ambiente, no Horto  
3 Florestal. Seguem os membros do Conselho que participaram da presente reunião: Sr. Mauro  
4 Francisco de Aquino, Secretário Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, representando a  
5 presidência do Conselho; Sr. Sergio Vilhena Vieira, representando a vice-presidência do Conselho; Sra.  
6 Gleyze Rodrigues Germano, representando a Sindivest; Sr. Adenilson Mendes Chaves, representando  
7 a EMATER-MG; Sra. Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi, representando o IEF; Sra. Arielle  
8 Canedo Campos, representando a ONG Iracambi; Sr. João Carlos Santos Areis, representando a  
9 AMERP; Sr. Lucas Dutras de Melo, representando o CREA-MG; Sr. Rogerio Loures Moreira,  
10 representando o DEMSUR; Sr. Volney Rosa da Silva, representando o Grama-AMA; Sra. Max Lenine  
11 Rezende de Oliveira, representando o IF-Sudeste; Sra. Fabrine Odete da Costa Reis, representando a  
12 Secretaria Municipal de Saúde. Sr. Sergio Vilhena iniciou a reunião cumprimentando os membros  
13 presentes e deu início a primeira pauta sobre Intervenção em App, processo nº 34046/2024, requerido  
14 pela Prefeitura Municipal de Muriaé. O processo refere-se a uma construção do Pro Infância, no  
15 distrito de Itamuri, com área de intervenção é de 497,55 m². O Enquadramento Legal da APP segue a  
16 Lei Estadual no 20922 de 16/10/2013 - I-a). O tipo de intervenção é em área de preservação permanente  
17 (APP), com supressão de cobertura vegetal arbórea exótica (duas Mangueiras, duas Goiabeiras, um  
18 Abiu, um Fruta pão, dois Coqueiros, um Abacateiro, um Ficus, um Caju, uma Murta, e um Oiti). A  
19 intervenção Ambiental não é corretiva e consta no parecer técnico. A finalidade de uso da intervenção  
20 requerida (atual e futuro da área) é a implantação de um pátio para estacionamento de automóveis. O  
21 objetivo da Intervenção Ambiental é para construção Pro Infância através de recursos Federal para a  
22 construção e aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas da educação  
23 infantil, com embasamento legal na alínea “C” inciso II da Lei Estadual no 20922 de 16/10/2013. Sr.  
24 Sergio Vilhena explicou que o terreno pertence a Prefeitura Municipal de Muriaé, onde já existe Escola  
25 Municipal Oduvaldo Aleixo fundada em 30 de setembro de 2003, a área possui uso alternativo do solo  
26 desde a década de setenta, é antropizada e o bairro possui toda a infraestrutura de saneamento e  
27 energia elétrica implantada anterior a 2003. Imóvel registrado no cartório de registro de imóveis de  
28 Muriaé. Diante do exposto, o parecer técnico é para o deferimento da solicitação, pois trata-se de um  
29 lote urbano aprovado antes 22 de julho de 2008, devidamente registrados no Cartório de Registros de  
30 Imóveis, situados às margens de vias públicas dotadas de pavimentação, iluminação pública, solução  
31 para esgotamento sanitário, sistema de abastecimento de água e drenagem pluvial. É considerada de  
32 interesse social cumprindo os requisitos da alínea “C” inciso II da Lei Estadual no 20922 de 16/10/2013.  
33 Após análise técnica das informações contidas nos estudos apresentados, e, considerando a legislação  
34 vigente, manifestou-se parecer favorável pelo deferimento do requerimento para intervenção com  
35 supressão arbórea exótica de uma área de 497,55 m². Foram apresentadas três opções de medidas  
36 compensatórias para a deliberação do CODEMA: opção 01 - plantio de mudas de espécies arbóreas -  
37 implantação de PTRF em uma área de 2.000 m² na Área de Relevante Interesse Ecológico Tomaz Guido  
38 Marlière; opção 02 – compensação ambiental por meio de execução de programas, planos e projetos.  
39 Apresentar Projeto ou depósito: Custo de plantio de 1 hectare de mata atlântica, valor de R\$ 16.500,00  
40 para 10.000 m² ou R\$ 1,66/m², sendo APP com intervenção total 497,55 m². Valor de Insumos a adquirir  
41 seria de R\$ 825,93 e; opção 03 – compensação ambiental em pecúnia, a ser destinada ao Fundo  
42 Municipal de Defesa do Meio Ambiente, com área objeto da Intervenção 497,55 m², sendo 399,10 m²  
43 como área de estacionamento e 98,45 m² como edificação da escola. Totalizando o valor de R\$ 4.089,06.  
44 E as medidas compensatórias pela supressão das árvores exóticas, estabeleceu-se 16 (dezesseis) árvores

45 para cada uma suprimida, 07 (sete), perfazendo um total de plantio de 112 (cento e doze) mudas na  
46 Área de Relevante Interesse Ecológico Tomaz Guido Marlière. Diante do exposto, os membros do  
47 CODEMA foram favoráveis ao parecer da câmara técnica pelo deferimento da solicitação de  
48 intervenção em APP, condicionado a compensação da opção 01 (Implantação de PTRF em uma área  
49 de 2.000 m<sup>2</sup> na Área de Relevante Interesse Ecológico Tomaz Guido Marlière), e o plantio de 112  
50 (cento e doze) mudas de árvores na Área de Relevante Interesse Ecológico Tomaz Guido Marlière, pela  
51 supressão das sete árvores. O próximo processo de Intervenção em APP nº 39602/2024, refere-se à  
52 intervenção em APP de 359,00 m<sup>2</sup> para uso particular, é uma intervenção em área de preservação  
53 permanente (APP), sem supressão de cobertura vegetal arbórea nativa. É uma intervenção ambiental  
54 de caráter corretivo. A finalidade de uso da intervenção requerida (atual e futuro da área), é para  
55 edificação residencial de dois pavimentos (garagem embaixo e residência em cima). O Sr. Sergio  
56 Vilhena informou que por ser de caráter corretivo, o requerente já foi autuado. A Sra. Thais de  
57 Andrade Batista Pereira Fittipaldi informou que, quando é corretivo, há requisitos a serem seguidos  
58 e, como o Município não possui legislação específica para o tema, pode ser utilizado o decreto estadual,  
59 art. 13 (que estabelece os requisitos). A Sra Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi sugeriu que,  
60 sempre que for de caráter corretivo, se solicitem os requisitos do art. 13, caso durante a vistoria se  
61 constate que o processo será indeferido, abstenha-se de solicitar tais requisitos. A Sra. Thais de  
62 Andrade Batista Pereira Fittipaldi também sugeriu retirar o processo de pauta, solicitar  
63 primeiramente o pagamento da multa e, no parecer técnico, justificar os requisitos do art. 13 do decreto  
64 Estadual, além de apresentar a comprovação de pavimentação anterior ao ano de 2008. Todos  
65 concordaram, e o processo foi retirado de pauta. Sr. Sergio Vilhena informou que o novo parecer será  
66 reformulado, contendo as justificativas necessárias, e será apresentado novamente em reunião.  
67 Finalizando esta pauta, Sr. Douglas Barbosa Castro deu início a pauta sobre as solicitações de  
68 supressões, cujo parecer técnico foi enviado aos membros via e-mail e WhatsApp. O primeiro processo  
69 é um Boletim de Ocorrência 0171/2024 e refere-se a solicitação de supressão de uma Monguba. Em  
70 vistoria no local, os técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente verificaram uma  
71 árvore de nome popular Monguba, em grande porte, com copa densa, caule de diâmetro superior a 50  
72 cm. A árvore ocupa grande parte da calçada e da rua, estando em porte incompatível com o local. Sua  
73 copa apresenta proximidade com a rede elétrica de alta tensão, significando um risco quanto a surtos  
74 elétricos. A câmara técnica foi favorável ao deferimento da supressão, mediante anuência do  
75 proprietário do lote ao lado do número 104 da rua Alcir Pires Vermelho, em frente ao qual a árvore  
76 está localizada. Os membros do CODEMA manifestaram-se contrários ao parecer da câmara técnica  
77 e indeferiram a supressão, portanto o processo foi indeferido. O próximo processo é um Boletim de  
78 Ocorrência nº 0076/2024 e refere-se à solicitação de supressão de uma Manguiera. Em vistoria no local,  
79 os técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente verificaram situação condizente  
80 com a justificativa apresentada no BO da Defesa Civil Municipal, sendo a câmara técnica foi favorável  
81 ao deferimento, condicionado ao plantio ou doação de mudas equivalente a duas vezes ao número de  
82 árvores suprimidas, sendo o total duas árvores. Os membros do CODEMA foram favoráveis ao  
83 parecer da câmara técnica de acordo com a condicionante estabelecida. O próximo processo nº  
84 39244/2024 refere-se a supressão de um Oiti. Em vistoria no local, os técnicos da Secretaria Municipal  
85 de Urbanismo e Meio Ambiente verificaram no endereço da requerente, um Oiti em pequeno porte,  
86 localizado em frente na lateral esquerda da garagem, obstruindo parcialmente a passagem de veículos  
87 e impedindo a completa abertura do portão. Considerando os problemas de acessibilidade e a falta de  
88 alternativa, a câmara técnica foi favorável à supressão, com compensação por plantio de 2 mudas de  
89 espécie nativa na área verde vizinha ao endereço da requerente. Os membros do CODEMA  
90 manifestaram-se contrários ao parecer da câmara técnica, sugerindo a poda drástica da árvore. O  
91 próximo processo nº 039396/2024 refere-se a solicitação de supressão de dois Oitis. Em vistoria no local,  
92 os técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente verificaram em frente ao imóvel

93 da solicitante, duas árvores de nome popular ‘oiti’ em médio porte, podadas recentemente, plantadas  
94 próximas ao meio fio da calçada. Foi possível perceber significativa elevação do piso da calçada,  
95 provocada pelo crescimento das raízes. O caule apresentava danos diversos, alguns ramos secos e  
96 estrutura fragilizada. Dessa forma, a câmara técnica foi favorável ao deferimento da solicitação,  
97 mediante apresentação de documento comprobatório de posse do imóvel, ou anuência de seu  
98 proprietário (caso não seja da requerente), e condicionado ao plantio equivalente a duas vezes ao  
99 número de árvores suprimidas, sendo o total quatro árvores, ou o depósito do valor pecuniário  
100 proporcional ao número de árvores no Fundo Municipal do Meio Ambiente. Os membros do  
101 CODEMA foram favoráveis ao parecer da câmara técnica de acordo com a condicionante estabelecida.  
102 O próximo processo nº 034046/2024 (item complementar ao processo de intervenção em APP nº  
103 34046/2024) refere-se à solicitação de supressão de seis árvores exóticas, sendo: uma Murta, uma  
104 Goiabeira, um Oiti, um Coqueiro, uma Mangueira e um Abiu. Em vistoria no local, os técnicos da  
105 Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente verificaram seis árvores exóticas localizadas fora  
106 da APP, em local utilizado como pátio da escola. Considerando que a obra é de interesse da comunidade  
107 e que são árvores isoladas frutíferas exóticas, a câmara técnica foi favorável à supressão, condicionado  
108 ao plantio equivalente a duas vezes ao número de árvores suprimidas, sendo o total doze árvores. Os  
109 membros do CODEMA foram favoráveis ao parecer da câmara técnica de acordo com a condicionante  
110 estabelecida. O próximo processo nº 039450/2024 refere-se à solicitação de supressão de dois Oitis. Em  
111 vistoria no local, os técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente verificaram que  
112 existiam quatro árvores de nome popular ‘oiti’ próximas à casa de apoio dos operadores. Dessas, foram  
113 solicitadas autorização para supressão de duas, que estão mais próximas à elevatória. Considerando a  
114 necessidade de ampliação das estruturas para maior capacidade do tratamento de esgoto, a câmara  
115 técnica é favorável ao deferimento da solicitação, condicionado ao plantio equivalente a duas vezes ao  
116 número de árvores suprimidas, sendo o total quatro árvores. Os membros do CODEMA foram  
117 favoráveis ao parecer da câmara técnica de acordo com a condicionante estabelecida. O próximo  
118 processo nº 039570/2024 refere-se à solicitação de supressão de uma Amendoeira da Praia. Em vistoria  
119 no local, os técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente verificaram uma árvore  
120 de grande porte da espécie conhecida popularmente como amendoeira ou castanheira-da-praia, com  
121 cerca de 90% dos seus galhos secos. O local sofreu terraplanagem, tendo a árvore ficado em porção de  
122 terra mais elevada, com raízes expostas, de modo que sua estabilidade ficou comprometida. Como a  
123 intervenção no local causou danos à árvore, a câmara técnica foi favorável ao deferimento da  
124 solicitação e pela majoração da compensação ambiental em doação de 25 mudas. Os membros do  
125 CODEMA foram favoráveis ao parecer da câmara técnica de acordo com a condicionante estabelecida.  
126 Finalizando esta pauta, a Sra. Arielle Canedo, solicitou a palavra para abordar a questão dos  
127 equipamentos dos brigadistas, pois, na última reunião, foi determinado que a compensação referente  
128 ao processo de Orly fosse convertida em doações desses equipamentos. No entanto, o Sr. Sergio Vilhena  
129 informou que a empresa já havia feito o depósito do valor no fundo de Defesa do Meio Ambiente, e  
130 conforme informado pelos membros do CODEMA, uma condicionante estabelecida pelo CODEMA  
131 foi descumprida, e a prefeitura não reverte este valor depositado. Foi sugerido que na próxima reunião,  
132 de forma emergencial, seja apresentada ao CODEMA uma nova possibilidade de conversão de alguma  
133 compensação em materiais para os brigadistas. Foi questionado sobre o projeto “Minas contra  
134 Incêndio”, e a Sra. Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi informou que a prefeitura precisa fazer  
135 o cadastramento pelo site. Também foi questionado ao Sr. Mauro Francisco de Aquino, Secretário  
136 Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, a possibilidade de compra direta, com o valor de doze mil  
137 reais da compensação da Orly, estabelecido pelo CODEMA, para a aquisição direta dos equipamentos  
138 dos brigadistas, apresentando uma justificativa como exigência do CODEMA. Finalizando esta pauta,  
139 Sr. Victor Garcia Pinto, fiscal de atividades urbanas e Meio Ambiente apresentou aos membros o auto  
140 de infração nº 129/2024 de Renan Felipe de Carvalho, e a síntese dos fatos: responsável abre processo

em fevereiro/2024, solicitando o corte de seis oitis (Processo 02789/2024), motivado pela realização de uma construção. Responsável coloca a possibilidade de fazer um novo plantio nos fundos do terreno. Processo indeferido na 141ª Reunião do CODEMA, já que solicitante não apresentou o projeto de construção, impossibilitando o prosseguimento da análise. Em razão da natureza do empreendimento, foi solicitada a apresentação da licença ambiental do posto de gasolina (estadual), que foi entregue em maio/2024. Diligência realizada em 25 de junho de 2024 apontou que o responsável já havia promovido a supressão das 6 árvores em questão. Considerando que houve corte sem aprovação prévia, foi lavrado o Auto de Infração 129/2024, no valor de R\$ 3.187,80. Foi apresentado recurso onde o autuado argumenta que "realizou corte de árvores com licenciamento estadual, devido a uma confusão de entendimento enquanto aguardava o licenciamento municipal", no recurso, ele acrescenta que requer o licenciamento municipal (?). O Autuado reitera que poderia fazer um replantio em outro local. O parecer da câmara técnica foi pelo indeferimento do recurso, mantendo o valor estabelecido na multa (R\$ 3.187,80) ou a conversão da multa em doação de 24 (vinte e quatro) mudas, com, aproximadamente, dois metros de altura (ipê-amarelo, ipê-branco, oiti, resedá). Após a apresentação, o CODEMA determinou a mudança da compensação apresentada para a conversão da multa em doações dos equipamentos para uma brigada. Segue a lista dos equipamentos: 10 (dez) capacetes; 10 (dez) óculos; 10 (dez) bala clava; 10 (dez) luva de vaqueta; 03 (três) mochila costal; 06 (seis) abafador. Todos os membros concordaram. Finalizando esta pauta, o setor técnico informou sobre os incêndios que atingiram o Horto Florestal. Foi realizado um levantamento dos lotes, porém há dificuldade em descobrir de qual lote o incêndio se originou. A polícia abriu inquérito civil para averiguar toda a situação. A área total atingida no Horto Florestal é de três hectares. As áreas atingidas foram apresentadas aos membros por meio de slides. Foi informado que, primeiramente, será necessário identificar o lote de onde se originou o incêndio, para que o responsável seja identificado e, após essa descoberta, o caso será apresentado aos membros do CODEMA para a averiguação e deliberação da multa ao responsável, entre outras medidas a serem determinadas pelo CODEMA. Após este assunto, o Sr. Mauro Francisco de Aquino informou aos membros que, anteriormente foi autorizado pelo CODEMA a retirada do valor de duzentos mil reais (R\$ 200.000,00) para a realização de paisagismos nas praças, o que já foi realizado; no entanto, ainda falta algumas praças para finalizar o paisagismo (praça do Rosário e praça São Paulo). Diante disto, o Sr. Mauro Francisco de Aquino solicitou novamente aos membros a retirada do valor complementar de trinta mil reais (R\$ 30.000,00) para a conclusão. Todos os membros concordaram com a solicitação. Sra. Arielle Canedo sugeriu usar o fundo de Defesa do Meio Ambiente para realizar projetos ambientais, como fossas, entre outros. O Sr. Mauro Francisco de Aquino informou que há planos futuros para projetos ambientais e que, no próximo ano, esses projetos começarão a ser realizados. Nada mais havendo a se tratar, a reunião encerrou-se às nove horas e quarenta e nove minutos, sendo a presente ata assinada por todos os membros do CODEMA.